

UMA ANÁLISE SOBRE O ABASTECIMENTO DE CARNE VERDE EM BELÉM DURANTE A INTENDÊNCIA DE ANTÔNIO LEMOS (1897 - 1908)

PUBLIC FOOD: AN ANALYSIS ON THE SUPPLY OF GREEN MEAT IN BELÉM DURING THE INTENDENCE OF ANTÔNIO LEMOS

Francimary Nascimento da Silva Santos<sup>1</sup>

50

**Resumo**

O presente artigo vem discutir uma importante faceta da sociedade belenense no final do século XIX e início do século XX: o complexo abastecimento de carne verde e a relação entre marchantes e autoridades públicas. Um dos principais enfoques desta análise está na discussão da dependência do gado que era importado de estados vizinhos e mesmo de repúblicas da região platina como garantia de manutenção do fornecimento desse produto nos mercados da capital. Outra preocupação é refletir acerca das políticas de intervenção adotadas pelo então intendente Antônio Lemos quanto a quantidade de animais que eram abatidos diariamente pelos marchantes da capital. Com isso, Lemos afirmava que buscava equilibrar a oferta desse gênero com a procura. Assim, para o intendente, não haveria desperdício e seria uma alternativa para eventuais crises de abastecimento. Acreditamos na tese de que ocorreram crises no abastecimento, mas não em razão de possíveis monopólios entre os marchantes. Os curtos períodos de absoluta falta de carne verde se davam, não só pela deficiência na atividade pecuária paraense, como também por problemas na importação desse produto, seja de regiões nacionais, seja das regiões platinas. Além de periódicos, também foi utilizado nesta análise as mensagens dos governadores e os relatórios da Intendência de Belém.

**Palavras-chave:** Carne verde; alimentação; abastecimento

**Abstract**

This article discusses an important facet of Belenian society in the early 20th century: the complex supply of green meat. The main focus of this analysis is the discussion of the dependence of cattle that were imported from neighboring states and republics of the platinum region as a guarantee of maintenance of the supply of this product in the markets of the capital. Another concern is to reflect on the intervention policies adopted by then-Mayor Antônio Lemos regarding the amount of animals that were slaughtered daily by the capital's dealers. With this, Lemos sought to balance the supply of this genre with demand. Thus, for the intendand, there would be no waste and would be an alternative for eventual supply crises. We believe in the thesis that there were crises in the supply, but not because of possible monopolies between the dealers. The short periods of absolute lack of green meat were due not only to the lack of livestock production in Paraense, but also to problems in the importation of this product, either from national regions or from the regions of the country. In addition to the periodicals, the messages of the governors and the reports of the Intendência de Belém were also used in this analysis.

**Keywords:** Green meat; food; supplying

<sup>1</sup> Especialista em História Agrária da Amazônia Contemporânea pela Universidade Federal do Pará. E-mail: [francimarynascimento@gmail.com](mailto:francimarynascimento@gmail.com)

**Résumé:**

Cet article examine une facette importante de la société bélénienne à la fin du XIXe siècle et au début du XXe siècle: l'offre complexe de viande verte et les relations entre les marcheurs et les pouvoirs publics. L'un des principaux axes de cette analyse est l'examen de la dépendance des bovins importés des États voisins et même des républiques de platine comme garantie de maintien de l'offre de ce produit sur les marchés de capitaux. Une autre préoccupation est de réfléchir aux politiques d'intervention adoptées par le quartier-maître d'alors Antonio Lemos concernant la quantité d'animaux qui étaient abattus quotidiennement par les marcheurs de la capitale. Sur ce, Lemos a déclaré qu'il cherchait à équilibrer l'offre de ce type avec la demande. Ainsi, pour le quartier-maître, il n'y aurait pas de gaspillage et serait une alternative aux éventuelles crises d'approvisionnement. Nous croyons à la thèse selon laquelle des crises d'approvisionnement se sont produites, mais pas à cause de monopoles possibles parmi les marcheurs. Les courtes périodes de manque absolu de viande verte étaient dues non seulement à l'insuffisance de l'activité d'élevage du Pará, mais aussi aux problèmes d'importation de ce produit, qu'il provienne des régions nationales ou du platine. En plus des périodiques, les messages des gouverneurs et les rapports d'intention de Belém ont également été utilisés dans cette analyse.

**Mots-clés:** viande verte; la nourriture; approvisionnement

**INTRODUÇÃO**

O presente texto tem como objetivo fazer uma discussão acerca do tema “alimentação” e, por sua vez, do tema “abastecimento”, visto que ambos estão relacionados. Essa discussão abarca obras em âmbito nacional e regional, uma vez que há importantes trabalhos sobre a Amazônia que versam sobre a prática alimentar<sup>2</sup>. Nesse sentido, esta é uma temática que vem crescendo em interesse pela historiografia. Ao longo do texto vamos citar autores que corroboram com essa afirmativa, muito embora acreditem que se trata de um objeto de pesquisa que ainda pode ganhar maior relevância. Carlos Santos (2005, p. 12), por exemplo, assevera que “o tema da alimentação, finalmente começa a invadir a história” e acrescenta que “o alimento constitui uma categoria histórica, pois os padrões de permanência e mudanças dos hábitos e práticas alimentares têm referências na própria dinâmica social”.

O principal foco de investigação aqui presente gira em torno da questão da escassez desse produto na capital paraense como demonstra a documentação então analisada –relatórios apresentados pelo intendente Antônio Lemos, periódicos e mensagens dos governadores. Havia de fato escassez ou se tratava apenas de especulação com o objetivo de inflacionar o preço da carne, aumentando os lucros dos pecuaristas e as rendas da intendência de Belém? Paralelo a essa questão refletimos também sobre as políticas públicas

<sup>2</sup> A exemplificar: FONTES, Edilza. *O pão nosso de cada dia: trabalhadores e indústria da panificação e a legislação trabalhista (1940-1954)*, MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. *Do que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém, 1850-1900; dissertação de mestrado*: SILVA, Fabrício Herbeth Teixeira da. *Nas tramas da escassez: o comércio e a política de abastecimento de carnes verdes em Belém (1897-1909)*, FUCKNER, Ismael. *Comidas do céu, comidas da terra: invenções e reinvenções culinárias entre as adventistas do Sétimo Dia (Marco-Belém-Pará)*, LIMA, Eli Napoleão. *Extrativismo e produção de alimentos: Belém e o “núcleo subsidiário” de Marajó. 1859-1920*, entre outras.

adotadas pela intendência e o governo estadual na solução da questão. Para tanto, o constante diálogo com a historiografia se torna imprescindível para compreender não apenas o contexto, mas também o próprio tema que envolve o abastecimento e escassez de carne verde.

Busca-se, portanto, trazer novos elementos a um tema caro a historiografia agrária na Amazônia. Assim, o presente artigo está dividido em três partes. Inicialmente pontua a relevância que o tema em questão ganhou e vem ganhando para os pesquisadores que se debruçam sobre este assunto. Em seguida, o artigo aponta para a dependência que os mercados de Belém tinham em relação ao gado que era importado não apenas de outras regiões do país, mas também de outros países<sup>3</sup>.

As análises aqui realizadas buscam também entender os motivos dessa dependência durante a intendência de Antônio Lemos. Por fim, procura-se compreender as razões, bem como os acordos celebrados entre a intendência e os marchantes da capital. Toda a documentação analisada gira em torno das medidas adotadas por Antônio Lemos no sentido de precaver futuras crises no abastecimento de carne verde<sup>4</sup>.

Em virtude das reflexões acerca do abastecimento de carne verde nos mercados belenenses, assim como as medidas da intendência de Belém voltadas para evitar futuras crises no fornecimento de carne verde é que os relatórios de Antônio Lemos apresentados ao Conselho Municipal de Belém entre os anos de 1897 e 1908 constituem-se na principal fonte de pesquisa aqui utilizada. Por tratar-se de fonte oficial buscou-se tomar o devido cuidado que essa documentação exige, no que tange a não “comprar barato” o dizer dos agentes governamentais. Para além desses relatórios, foram utilizados ainda artigos de jornais como “*A República*” e “*O Pará*” esses ligados aos governos municipal e estadual e o Jornal “*Folha do Norte*” de oposição ao governo, liderado por Lauro Sodré<sup>5</sup>. Também foi feito uso das mensagens dos governadores referentes ao período em análise.

<sup>3</sup> É importante salientar que Sidiana Macêdo e Fabrício Silva já discutiam tais questões em seus livros: *Do que se come: uma história do abastecimento em Belém 1850 – 1900* e *Nas tramas da ‘escassez’: o comércio e a política de abastecimento de carnes verdes em Belém (1897-1909)*, respectivamente. Nesse sentido, Sidiana salienta que, “no que tange o gado... ciente de que a cidade de Belém estava passando por uma de suas carestias de carne verde, propõem ao governo paraense um contrato para o abastecimento de tal gênero... ficou estabelecido que a presidência poderia contratar com Pedro Paulo de Moraes Rego, ou quem maiores vantagens pudesse oferecer fornecimento de gado vindo de fora da Província para aqui ser talhado pelo próprio governo como solução para amenizar o momento de carestia. Outra proposta aceita foi a de Fellipe Joaquim de Souza Filho e Feliciano Ramos Ferreira Bentes, um contrato de dois anos para a importação de gado também de fora da província e a venda de carne verde à população”. (Macedo, 2014, p.199 e 200). Por sua vez, Fabrício Silva destaca que no dia 27 de abril de 1906, o jornal *Folha do Norte*, noticiou “que a criação de gado da Amazônia era insuficiente, sendo necessário recorrer à importação de gado de outras regiões brasileiras e da Argentina como alternativa para o abastecimento de Belém”. (SILVA, 2014, p.178).

<sup>4</sup> Conceito de carne verde, conforme COSTA (2016, p.01), em oposição a carne seca ou salgada, define carne verde como a “carne bovina recém abatida, também chamada de carne fresca”.

<sup>5</sup> Lauro Sodré defendia as ideias do Partido Republicano Federal, fazendo oposição à política de Antônio Lemos, do Partido Republicano no Pará. A respeito disso ver Adriana Coimbra: “A cidade concedida: urbanização e disputas políticas em Belém do Para na virada do século XX”. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371341559\\_ARQUIVO\\_Acidadeconcedida-ANPUH2Final.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371341559_ARQUIVO_Acidadeconcedida-ANPUH2Final.pdf).

Portanto, não podemos perder de vista que a carne verde, juntamente com o pescado, representava e, sem dúvida, ainda representam um dos principais alimentos presentes na dieta do paraense. Sidiana Macêdo (2014, p. 57), por exemplo, chega a afirmar que “a carne era, portanto, um dos mais importantes e necessários itens a capital, já que ela estava entre os gêneros de primeira precisão”.

## HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO: UM IMPORTANTE PATAMAR ALCANÇADO NA HISTORIOGRAFIA

Como nos afirma o pesquisador Henrique Carneiro (Carneiro, 2003) a alimentação é uma das principais necessidades básicas do ser humano. Acrescenta que a história da alimentação tem sua relevância para além de sua produção e consumo, pois sua importância está em saber o que se come. Dessa forma a história da alimentação vem sendo objeto de estudo levando em consideração os aspectos biológicos, econômicos, social e cultural.<sup>6</sup> Nesse cenário, surge outros enfoques para esse estudo, como o cultural, onde a culinária aparece nos livros de receitas. Com essas perspectivas, a história que se dedica a esse campo deve observar não apenas a demanda por comida ou suas formas de consumo e o próprio ambiente sociocultural.<sup>7</sup>

Dessa forma, analisando a obra de Marcela Rezende (2004, p. 176), “A alimentação como objeto histórico complexo: relações entre comidas e sociedades”, percebemos que a autora reitera aquilo que foi dito acima quando afirma que “a alimentação é mais que uma necessidade biológica; é um complexo sistema que se materializa em hábitos, ritos e costumes, marcados por uma inegável relação com o poder”. Assertivas assim mostram que o estudo de hábitos alimentares pode expressar muito mais do que algo rotineiro, mas diversos aspectos do cotidiano de uma sociedade revelando cenários pelo prisma do consumo de um produto como a carne verde. Isso porque o consumo de carne verde era algo bastante presente na mesa do belenense durante o período da Belle Époque. Através do fornecimento e consumo de carne verde e sua implicação compreende-se os meandros de uma sociedade.

<sup>6</sup> Entre as publicações especializadas no tema “A História da Alimentação”, destacam-se: FLANDRIN e MONTANARI, que apresenta, em seu livro “História da Alimentação”, uma cronologia histórica e antropológica do alimento e MENESES E CARNEIRO, esse por sua vez, em sua obra – Comida e Sociedade: Uma História da Alimentação - trata o estudo da alimentação como “um objeto histórico e complexo... e de abordagem multifacetada” (2003, p.166) possibilitando assim, ser analisada por diferentes áreas. Nesse sentido, os princípios pregados pelos Annales tiveram uma rica importância para o tema em questão na medida em que o valorizou, dando a ele elementos de investigação caros a essa corrente historiográfica, como a estreita ligação com outras ciências. Nesse cenário, um dos primeiros trabalhos de História dos Annales foi publicado na Revista Novos Objetos com o texto de 1988, de Jean-Paul Aron, intitulado “A Cozinha: um cardápio do século XIX”. Na coletânea organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora.

<sup>7</sup> Como já mencionado acima, o estudo da história da alimentação é dinâmico e pode ser analisada por diferentes prismas e áreas, exemplificado em trabalhos do sociólogo Gilberto Freyre, que já trazia na sua obra prima “Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal” e também no livro “Açúcar: uma sociologia do doce, como receita de bolos e doces no Nordeste do Brasil”, o tema alimentação e abastecimento e de Luís da Câmara Cascudo no livro “História da alimentação no Brasil: pesquisas e notas”(também destaca-se no “rol” das referências para as pesquisas sobre a História da alimentação), outra obra desse autor e o livro intitulado “Antologia da Alimentação no Brasil”.

## Uma análise sobre o abastecimento de carne verde em Belém durante a intendência de Antonio Lemos (1897 – 1911)

Francimary Nascimento da Silva SANTOS

54

Nessa mesma linha de raciocínio Cristiane Loureiro de Mendonça Couto (2011, p. 02), aponta que os estudos sobre a alimentação “intensificaram-se, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, estudos em hábitos alimentares, definidos por local e por época, tornaram-se o principal objeto de análise, e não apenas um assunto integrante ou marginal a temas mais centrais”. Como campo de interesse, a mesma autora ainda salienta que a História demonstrou interesse pelo tema antes mesmo que outras ciências como a sociologia e mesmo a antropologia. Para ser mais preciso, “desde que a historiografia francesa, a partir dos anos 1960, entendeu as práticas do cotidiano como objeto de estudo de historiadores”. Contudo, deixa claro que não se trata de analisar a comida pela comida, mas “abranchem uma multiplicidade de aspectos” (ibid, p. 05). Aspectos econômicos, biológicos, psicossociais e religiosos.

Essa abrangência que as pesquisas em torno da História da Alimentação vêm ganhando nos últimos anos fica expressa de forma mais clara e objetiva quando Ulpiano Menezes e Henrique Carneiro (1997, p. 09) em artigo intitulado “A História da Alimentação: balizas historiográficas” afirmam que esse objeto de estudo, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, “vem assumindo certa personalidade própria, não só nos domínios da História (nosso foco principal de interesse), mas também nas demais ciências sociais”.

Em outro texto de Henrique Carneiro (s/d, p. 01) intitulado “As fontes para os estudos históricos sobre a alimentação”, o autor afirma que mesmo com toda essa abrangência que a História da Alimentação vem recebendo ainda “é um tema pouco estudado na historiografia brasileira, em grande parte, devido a carência de fontes documentais acessíveis”. Sem dúvida que Henrique Carneiro é hoje uma das principais referências no país quando o objeto de estudo é a alimentação. Em seu texto, “comida e sociedade: significados sociais na História da alimentação” destaca que o simples ato de comer “é a origem da socialização, pois nas formas coletivas de se obter a comida. A espécie humana desenvolveu utensílios culturais diversos, talvez até mesmo a própria linguagem” (2003, p. 71). Concluímos com isso que a alimentação em si carrega um universo à parte e ao mesmo tempo revelador de diversos outros aspectos de uma sociedade, pois “pode revelar de uma civilização desde a sua eficiência produtiva e reprodutiva, na obtenção, conservação e transporte dos gêneros de primeira necessidade e os de luxo, até a natureza de suas representações políticas, religiosas e estéticas”. Para não nos alongar nesse debate e partirmos para as obras locais, Henrique Carneiro vai mais longe ao afirmar que “os critérios morais, a organização da vida cotidiana, o sistema de parentesco, os tabus religiosos, entre outros aspectos, podem estar relacionados com os costumes alimentares” (ibidem, p. 72).

Por sua vez, Luciana Marinho Batista (2014, p. 15), trabalha as relações produtivas entre o extrativismo e a agricultura. Aqui, chama bastante atenção, a carência de mão de obra voltada para a produção agrícola, o que levou os presidentes da província do Pará a promoverem a introdução de imigrantes para aturarem nos campos. A preocupação dos agentes públicos com o abastecimento passava não só pelas

ocupações desses espaços, mas também pelo controle daquilo que era produzido, ou seja, “o grande desejo dos homens a frente da política e da administração local seria o crescimento da agricultura em detrimento da produção e da comercialização da borracha que, a partir dos anos de 1850, vinha aumentando”.

Sidiana Macedo (2014, p. 16) salienta que a “alimentação como parte da vida dos indivíduos, desperta no historiador olhares sobre o que significa o alimentar-se nos diferentes tempos e sociedades”. Sendo assim, compreendemos que há importantes significados acerca não só do consumo, mas também do abastecimento no período áureo da borracha. Dessa forma, a autora, ao tratar dos problemas de abastecimento<sup>8</sup> pela qual passava a capital paraense nas décadas finais do século XIX, lembra que a extração do látex era vista como principal vilão “na possível falta de mão de obra para se plantar e se criar animais para o abastecimento” (ibidem, p.22). Suas considerações são importantes para pensarmos a questão da mão de obra como um aspecto responsável por uma possível escassez de trabalhadores na pecuária. De um modo geral, afirma que, de forma concomitante, os mesmos trabalhadores da extração eram também aqueles que se dedicavam a agricultura e porque não a pecuária.

De um modo geral, as obras de abrangência nacional ou mesmo de cunho local deixam claro que determinada sociedade pode ser compreendida por meio das ações dos seus sujeitos voltadas para o consumo e produção alimentar. Diante disso, entendemos que diversos aspectos do cotidiano do belenense, podem ser descortinados com reflexões acerca dos meandros em torno do abastecimento de carne verde. Questões como redes de sociabilidade evidenciam-se nessa trama que envolve variados sujeitos.

A preocupação com o abastecimento de Belém, entre os anos finais do século XIX e a primeira década do século XX, estava presente nos relatórios da intendência demonstrando que se tratava de um aspecto relevante para o cotidiano da cidade. Contudo, era uma preocupação que não estava presente apenas em Belém, mas também em diversas outras capitais do país, uma vez que “durante toda a história do abastecimento no Brasil, sempre houve reclamações quanto à baixa qualidade no oferecimento, à escassez e ao preço da carne verde” (COSTA, 2016, p. s/p).

Essa assertiva acima da pesquisadora Edite Costa evidencia a importância desse produto nos primeiros centros urbanos brasileiros. Ou seja, as constantes reclamações advindas da carne verde de ser “considerada pela população brasileira um gênero de primeira necessidade, muito mais que outro” (Ibidem).

---

<sup>8</sup> Ainda sobre a falta de víveres como pressuposto para a carestia de carne verde, Sidiana Macedo, em seu livro: *Do que se come- Uma história do abastecimento em Belém 1850-1900*, aponta, por exemplo que o aumento demográfico registrado ao longo da segunda metade do século XIX em decorrência da entrada maciça de imigrantes cearenses e europeus na cidade de Belém contribuíram para isso. A autora acrescenta que as epidemias, como a febre amarela registrada na década de 1850 afetou o abastecimento de víveres pelas dificuldades constatadas nas relações comerciais entre capital e interior. Um dos principais fatores responsáveis pela carestia de carne verde apontada por Sidiana Macedo está o roubo de gado, diminuindo de forma significativa a chegada de um número maior de reses em Belém. Um outro fator apontado pela autora faz referência, as dificuldades no transporte da carne verde e outros produtos como algo determinante não apenas para caracterizar a carestia de víveres, mas também a falta de comunicação entre a cidade e o campo. Por último Sidiana Macedo destaca os fatores climáticos já que alagamentos e enchentes eram responsáveis pelo desabastecimento da capital devido à perda de produtos.

Por ser item essencial na mesa das famílias brasileiras não poderia “haver aumento exagerado no preço, diminuição no fornecimento ou muito menos escassez” (ibidem). Nesse sentido, a complexidade em torno do fornecimento desse produto em uma sociedade como a da capital do final do século XIX e início do XX, que vivenciava sua fase áurea, denota a relevância de se discutir o abastecimento de carne verde como uma parte importante na compreensão do todo. Ou seja, trata-se de um tema que possibilita conhecer aquela sociedade, para além das questões políticas ou econômicas.

### DEPENDÊNCIA DE IMPORTAÇÕES: “CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS”

Uma leitura atenta a um dos relatórios do Intendente Antônio Lemos (1905) mostra claramente uma certa dependência frente às importações de gado de estados vizinhos e de países da região platina<sup>9</sup>. Até por conta disso, o intendente demonstrou certa decepção diante dessa dependência, pois para ele, o Pará teria condições, se não para exportar, mas pelo menos de se sustentar, uma vez que o:

Pará inteiro poderia ser um dos empórios mais notáveis da alimentação nacional, sob vários pontos de vista, mas principalmente no que toca a criação de gado de toda a espécie. Marajó, Santarém, Óbidos, Mont' Alegre, - mas, a primeira sobretudo, - são regiões notabilíssimas, collocadas pela providencia à própria bocca do Amazonas, à entrada d'este mundo colossal que é a região amazônica, de propósito para abastecer de carne milhões e milhões de habitantes. Comtudo, - ó triste efeito do descuido, da rotina, da ignorância! – a produção do gado paraense vae em constante decréscimo e a própria Capital do Estado, para alimentar-se tem de appellar para os Estados vizinhos, para as longínquas regiões platinas, - até para o concurso n'um futuro muitíssimo remoto esperado do alto Tocantins, das brenhas do Mato Grosso<sup>10</sup> (LEMOS, 1905, p. 109).

Também o então governador José Paes de Carvalho em 05 de fevereiro de 1900 tem o mesmo discurso, ou seja, o de explicar as causas da decadência na atividade pecuária paraense. Para ele, a rotina que se abateu sobre os fazendeiros e da mesma forma que o intendente, lamenta essa posição econômica do estado quanto a pecuária:

É preciso que os criadores entre nós, abandonando a rotina, iniciem na medida de suas forças, a criação científica, o methodo empregado em todos ao países adiantados em agronomia, que não deixa cousa alguma entregue ao acaso. Em uma indústria qualquer nada se faz sem despesas; estas são compensadas com o augmento de rendimentos que devem trazer<sup>11</sup>.

<sup>9</sup> Territórios meridionais e fronteiras do Uruguai, Argentina, Paraguai e Brasil, banhados pelos rios formadores da Bacia Platina: Paraná, Paraguai, Uruguai e Rio Prata.

<sup>10</sup> LEMOS, Antônio José de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Archivo da Intendência de Belém, 1905, p. 109.

<sup>11</sup> PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho Governador do Estado em 5 de fevereiro de 1900 apresentando a proposta do orçamento da receita e despesa para o exercício de 1900-1901. Belém: Typ. Do Diário Oficial, p. 22. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873586&pesq=alimenta%C3%A7%C3%A3o&pasta=ano%201900>. Acesso em: 18 de nov. 2018

## Uma análise sobre o abastecimento de carne verde em Belém durante a intendência de Antonio Lemos (1897 – 1911)

Francimary Nascimento da Silva SANTOS

57

Contudo, o que se percebe pela análise da documentação referente à alimentação pública é que, muitas vezes, o próprio campo, que deveria abastecer a cidade, sofria com a falta de carne verde. São os casos, entre outros exemplos, dos moradores das cidades de Breves<sup>12</sup> e de Alenquer<sup>13</sup>, que no ano de 1900 se queixavam da falta desse gênero. No caso de Breves as denúncias são ainda mais contundentes, pois a carestia dessa produção seria em razão da carne verde ser enviada para atender os moradores da capital, desprovendo aquela localidade. As queixas, nesse caso, eram destinadas especificamente ao então governador do Estado José Paes de Carvalho e ao Procurador do Estado.

Essa problemática que envolvia a atividade pecuária no interior do Estado e que acabava por refletir seriamente na capital era também percebida pelo então governador Jose Paes de Carvalho que lamentava, uma região tão rica em recursos naturais, produzir tão pouco como o Estado diante de solos férteis:

Continúo a pensar que a solução da crise, que ha anos preocupa seriamente a administração, esta no próprio Estado, riquíssimo em zonas apropriadas ao desenvolvimento e á prosperidade da indústria pastoril. Estão destinadas a essa industria as tres grandes ilhas do estuario do Amazonas, as campinas da região do salgado, os campos geraes da Guyana Brasileira, os vastos territórios banhados pelo Tocantins, pelo Xingú, pelo Tapajós, pelo Trombetas, quasi todo o Baixo Amazonas, as regiões limítrofes do Estado do Maranhão, de Goyaz e Matto Crosso<sup>14</sup>.

Fica evidente na fala do governador um certo ufanismo já pregado por outras autoridades. Estas falas deixam claro que as respostas para amenizar a crise no abastecimento de produtor para a capital está em casa, ou seja, em melhor aproveitar aquilo que o solo e o clima têm a oferecer ao produtor paraense. O jornal *O Pará*, de quem não eram críticos do governo do Estado e nem mesmo de Antônio Lemos, chega a afirmar que as crises pela qual Belém passava em virtude do desabastecimento de carne verde não eram mais periódicas, mas permanente e que se fazia máxima urgência na importação de gado, seja estrangeiro ou nacional. Assim como Antônio Lemos concorda que a criação de gado paraense parou no tempo e agora depende da criação bovina de outras regiões:

Somos dos que pensam que urge dar uma solução definitiva ao caso, contractando o fornecimento de carne verde, libertando-nos do espantallo da crise, que já não é mais periódica, mas permanente. É preciso ir buscar o gado seja onde for que exista de boa qualidade, no estrangeiro ou no Sul do paiz, onde há bom e em abundancia, porquanto é do domínio público que a criação do Estado está estacionária, si é que não regressou, que a ilha de Marajó já não póde fornecer nem para a metade do abastecimento da capital, cuja população cresce hora a hora; que o excellente gado do Baixo-Amazonas não vem mais ao

<sup>12</sup> *O Pará*, Breves, Belém, 1º de março de 1900, nº 409, p. 03

<sup>13</sup> *República*, Pelo interior: Alenquer, Belém, 3 de fevereiro de 1900, nº 276, p.02

<sup>14</sup> PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho Governador do Estado em 5 de fevereiro de 1900 apresentando a proposta do orçamento da receita e despesa para o exercício de 1900-1901. Belém: Typ. Do Diário Oficial, p. 21. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2433/000021.html>. Acesso em: 15 de nov. 2018



## Uma análise sobre o abastecimento de carne verde em Belém durante a intendência de Antonio Lemos (1897 – 1911)

Francimary Nascimento da Silva SANTOS

mercado de Belém, porque é todo vendido, por bom preço e a porta do curral, aos marchantes de Manaus<sup>15</sup>.

Não obstante, não bastava apenas garantir um centro exportador. Era necessário garantir a manutenção desse canal de exportação. Pois, uma das preocupações da intendência de Belém estava relacionada à perda de algum importante parceiro de importação. Isso ficou evidenciada em fala de Antônio Lemos, quando este afirmava que, “não obstante a abundância de rezes, nutri receios de que, no último tremeste [1906], pudesse haver grande escassez de carne verde, devido a achar-se interrompida a exportação de gado vacuum do mercado platino”<sup>16</sup>. Os números referentes às importações de gado deixam essa dependência ainda mais evidente, sobretudo, entre os anos de 1903 e 1907.

De acordo com dados fornecidos pelo próprio Antônio Lemos em relatório de 1908, chegaram ao Pará bois vindos do Ceará, no total de 11.205 reses. Se levarmos em consideração que o próprio estado do Pará contribuiu no mesmo ano com 22.781 cabeças de gado, podemos considerar esse total que chegou da região Nordeste um número bastante elevado, pois representou a metade das reses que o próprio estado do Pará forneceu. Das 38.132 cabeças de gado que foram abatidas, naquele ano, 40% foram importadas. Isso sugere certa dependência de carne verde que chegava, sobretudo, do Ceará. Considerando os anos anteriores, esses foram os melhores resultados alcançados pelo estado em termos de produção.

Os números abaixo mostram a quantidade de animais que chegaram ao matadouro de Belém em seus respectivos anos. Percebemos que há uma irregularidade no fornecimento que chegava de várias cidades. Breves, por exemplo, aparece apenas no ano de 1905 e mesmo assim com apenas duas cabeças de gado. Apenas os municípios de Cachoeira, Soure, Chaves, Macapá e a própria capital aparecem com regularidade nos dados estatísticos e mesmo assim os pastos da capital foram aqueles que menos contribuíram para o abastecimento, inclusive de forma decrescente ao longo dos anos. Para todos os efeitos, os dados a seguir dão uma dimensão desse quadro de exportações.

<sup>15</sup> *O Pará*, Carne Verde, Belém, 26 de março de 1900, p. 01. O mesmo periódico chega a informar, alguns meses depois, que o quilo da carne verde estava sendo vendida nos mercados da capital ao preço de dois mil réis, o que seria um preço elevado se comparado aos valores vistos por Antônio Lemos como ideais. Ver: *O Pará*, 24 de julho de 1900, p.02.

<sup>16</sup> LEMOS, Antônio José de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Archivo da Intendência de Belém, 1906, p. 96.

**Quadro 1: Gado proveniente do interior do Estado abatido no matadouro público de Belém entre os anos de 1903 a 1908**

Municípios	1903	1904	1905	1906	1907	1908
Cachoeira	9.920	6.698	9.428	9.962	7.687	10.388
Soure	4.134	5.532	4.119	5.159	4.273	6.289
Chaves	4.995	3.911	4.840	5.898	5.017	5.108
Macapá	8	31	27	85	77	127
Muaná			155	222	184	143
Montenegro		201	16	313	465	338
Ponta de Pedras		181	111	132	217	69
Breves			2			
Araguary		85	30			
Santarém					6	155
Montealegre					38	
Praíha					133	20
Óbidos					21	124
Moju						6
Capital	222	119	59	21	24	14
<b>TOTAL</b>	<b>19.279</b>	<b>16.758</b>	<b>18.787</b>	<b>21.792</b>	<b>17.723</b>	<b>22.781</b>

FONTE: Relatórios da Intendência de Belém dos anos de 1903 a 1908

O quadro 01 deixa evidência a importância que a pecuária marajoara representava para o abastecimento de carne em Belém. Apesar de tratar-se de algo já destacado pela historiografia que trata esse tema, observar-se que entre 1903 e 1908 houve um constante aumento para a capital do gado proveniente, sobretudo de Cachoeira do Arari, Soure e Chaves.

Podemos mesmo afirmar que o gado proveniente dos pastos da capital era mesmo diminuto se, por exemplo, comparado com o número de animais que vinham do município de Cachoeira. Enquanto, no ano de 1908, veio do município marajoara um total de 10.388 cabeças de gado, os pastos da capital forneceram a ínfima quantia de 14 reses. Se havia alguma dependência do gado que vinha de fora do estado, a dependência de animais que vinham do interior era ainda mais alarmante. Vejamos os dados abaixo:

**Quadro 2: Gado vacum procedente de outras regiões do país abatidos de Belém entre os anos de 1903 a 1908**

ESTADOS	1903	1904	1905	1906	1907	1908
Ceará	13.341	13.347	8.409	14.724	15.121	11.205
Piauí	1.722	520	392	2.846	1.864	
Pernambuco				251		
Maranhão	4.941	4.556	2.610	4.323	6.638	2.818
Rio de Janeiro			35	36	4	
Minas Gerais		6		79		
Rio Grande do Sul			22			
Amazonas					1	
Total	20.004	18.429	11.468	22.559	23.628	14.023

FONTE: Relatórios da Intendência de Belém dos anos de 1903 a 1908

Para todos os efeitos, o que mais chama atenção no quadro 2, que apresenta dados das importações de gado vindos de outros estados, é a grande dependência no fornecimento vindo do Ceará. Como dito, chegou a representar, em determinado momento, metade dos animais abatidos em Belém, fornecidos pelo próprio estado. Com exceção de 1904, o número de animais que o Ceará exportou ao Pará sempre ficou acima de dez mil cabeças de gado. De forma mais modesta aparece o Maranhão, sempre presente nas exportações de gado ao Pará. Chama atenção que o estado vizinho do Amazonas aparece uma única vez nas estatísticas no ano de 1907.

Percebe-se no quadro abaixo uma forte presença de gados argentinos abatidos em Belém. Todavia, a partir do ano de 1906 ocorreu um decréscimo nas importações de gado dessa região, ao mesmo tempo em que aconteceu um aumento no número de animais abatidos provenientes do interior do estado, sobretudo, de Marajó.

**Quadro 3: Procedência do gado importado de outros países que deram entrada em Belém entre os anos de 1903 e 1908**

PAÍSES	1903	1904	1905	1906	1907	1908
Argentina	2.898	5.117	8.648	1.589	1.720	1.328
Venezuela		400	1541	306		
América do Norte		10		20		
<b>TOTAL</b>	<b>2.898</b>	<b>5.527</b>	<b>10.189</b>	<b>1.915</b>	<b>1.720</b>	<b>1.328</b>

FONTE: Relatórios da Intendência de Belém dos anos de 1903 a 1908

No quadro acima evidencia um regular fornecimento de gado oriundo da Argentina se comparado com o gado advindo de outros países próximos da região amazônica como é o caso da Venezuela que apresenta uma certa irregularidade no fornecimento de reses para o Pará. Essa regularidade chega a tal ponto que apenas gado proveniente da Argentina é registrado nos anos de 1907 e 1908. Contudo, o decréscimo nesse fornecimento ao logo da década fica evidente ao observarmos que pouco mais de dez mil cabeças de gado chegaram dos países vizinhos enquanto em 1908 apenas 1.328 cabeças de gado deram entrada.

Neste sentido, como nos mostra o quadro 4, abaixo, os números mostram que, com exceção de 1908, o número de animais abatidos de proveniência local era maior do que aqueles provenientes de outras regiões nacionais ou internacionais. Em outras palavras, ocorreu notoriamente uma dependência do gado importado ao longo da primeira década, para o abastecimento de carne verde em Belém.

**Quadro 4: Reses locais e importados abatidos entre os anos de 1903 a 1908**

	1903	1904	1905	1906	1907	1908
Locais	19.279	16.758	18.787	21.792	17.723	22.781
Importados	22.902	23.956	21.657	32.742	25.348	15.351
Total	42.181	40.717	40.444	54.534	43.071	38.132

FONTE: Relatórios da Intendência de Belém dos anos de 1903 a 1908

Ainda quanto a essa questão da importação de gado argentino, Lemos fez questão de evidenciar sua aliança com o governador do estado, José Paes de Carvalho, assim que assumiu a intendência de Belém, no objetivo de estabelecer contratos com interessados na exportação de gado da Argentina para Belém, pois até então não havia. Acrescentou que o belenense estava restrito ao gado proveniente de Marajó e de Estados do Ceará e Maranhão, mas em quantidade insuficiente. Lembrou que, “em virtude, principalmente, da diminuição das exportações dos centros produtores, não houvera em Belém falta absoluta de carnes verdes, mas apenas em alguns dias”. A falta absoluta desse gênero durante alguns dias de novembro teria ocorrido em virtude de “saúde pública, pois tinham sido rejeitados na véspera cerca de 600 bois pelos médicos da intendência”<sup>17</sup>.

Como solução para se evitar novas faltas absolutas na oferta de carne verde nos mercados de Belém foram oferecidos contratos através de edital para a “introdução mensal de 700 a 800 bois da República da Argentina”. Chama atenção que as despesas advindas com a celebração desses futuros contratos “correria por contado Thesouro do Estado, para o que fora auctorizado pelo Congresso Legislativo, cabendo ao município apenas alguns ônus e obrigações”<sup>18</sup>. Contudo, a dificuldade em se fretar vapores inviabilizou o sucesso desse acordo. Apesar da constante preocupação com novos momentos de crise no abastecimento, José Paes de Carvalho mantinha, para 1900, certo otimismo, motivado por certos fatores:

Parece, entretanto, que não há receio de uma nova crise de carnes verdes no anno corrente, não só porque há marchantes que têm predisposto as cousas para que não lhes falte gado do Rio da Prata até ao mez de Agosto, como também porque, d’ahi em deante, estará em condições de vir para o nosso mercado grande quantidade de gado importado do Ceará e remetido para Marajó, no anno passado, afim de refazer-se. Este gado com o que, de sua producção própria, a ilha terá de exportar de Agosto em deante, fará face às necessidades do consumo<sup>19</sup>.

Após outros insucessos na tentativa de exportação de gado da Argentina para Belém, houve entre meados de novembro e princípios de dezembro de 1900 escassez absoluta no abastecimento de carne verde, “devido a falta de exportação dos mercados produtores, fechados uns como os do Sul, pelo motivo

<sup>17</sup> LEMOS, Antônio José de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Archivo da Intendência de Belém, 1897-1902, p. 46.

<sup>18</sup> Ibid, p. 47

<sup>19</sup> PARÁ, Relatório apresentado ao governador do Estado Exm. Sr. Augusto Montenegro pelo Dr. Paes de Carvalho ao deixar a administração em 1º de fevereiro de 1901. Belém: Imprensa Official, 1901, p. 49-50

que acabo de apontar [saúde pública] e outros, como os de Ceará e Piauí, pela extraordinária secca<sup>20</sup>. Vista como uma crise passageira, esse problema logo viria ser resolvido, como não poderia deixar de ser de outro modo, pela exportação:

Abertos de novo os portos à importação platina, a indústria paraense, afoita já, pelo mais exacto conhecimento dos mercados do Sul, iniciou o commercio com aquellas praças, ordenando remessas regulares de gado, o que logo arredou apprehensões improváveis de uma repetição da crise. Esta importação, sem ônus para os cofres do Estado ou do município, fez com que, de janeiro de 1901 em diante, tenhamos tido carne verde não só em quantidade sufficiente, mas ainda na melhor qualidade<sup>21</sup>.

Sidiana Macêdo (2014, p. 120), com base nos relatos governamentais, aponta que “o roubo de gado acabava sendo um fator que contribuía para os momentos de crise”. A autora, inclusive, aponta em sua tese que, ao longo do século XIX, ocorreram inúmeras crises no abastecimento de carne verde nos mercados de Belém e que a solução buscada pelos agentes públicos era o de estabelecer contratos com interessados em exportar gado de outras províncias, como o Maranhão e Ceará. Nesse sentido, haviam interesses políticos nas crises de abastecimento de carne verde.

Outra passagem nos relatórios de Antônio Lemos que evidenciam essa dependência das exportações para a o abastecimento de carne verde em Belém está claramente demonstrado na seguinte fala do então intendente:

Nos primeiros mezes de 1903, porém, o governo argentino prohibira a exportação de gado, por se haverem manifestado casos de febre aphtosa em alguns campos de criação. Também os Estados pastoris do Norte do Brasil achavam-se flagellados por uma persistente secca e o gado procedente de Marajó não era bastante às necessidades de consumo. Apesar de não sentirmos falta ou escassez de carne verde em Belém, julguei, comtudo, dever tomar providencias attinentes à regularidade do abastecimento de nossos mercados.<sup>22</sup>

A dependência do abastecimento de carne verde com relação à importação de gado, não apenas de estados vizinhos ao Pará, como também advindos de outras repúblicas, tinha uma explicação bastante lógica: se não pequena, mas a insuficiente pecuária local. Lemos aponta em relatório de 1898, que “a criação de gado no Pará, por motivos diversos<sup>23</sup>, tem decahido constantemente.”<sup>24</sup> Ou seja, essa deficiência na pecuária no interior do estado afetava diretamente a capital. Nesse sentido, Elis Vieira e

<sup>20</sup> LEMOS, Antônio José de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Archivo da Intendência de Belém, 1897-1902, p. 49

<sup>21</sup> Ibid, p. 50

<sup>22</sup> LEMOS, Antônio José de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Archivo da Intendência de Belém, 1903, p. 58

<sup>23</sup> Entre esses fatores apontados por Antônio Lemos, ganha destaque em sua fala a forma tradicional e errônea com que os pecuaristas paraenses tratavam dessa importante atividade econômica. Segundo ele, “é necessário apontar-lhe a sua rotina, a sua indolência, a sua resistência às leis imutáveis da sciencia, como causas não pequenas do definhamento da indústria pastoril e da extinção das suas riquezas particulares”. (1897-1902, p. 52).

<sup>24</sup> LEMOS, Antônio José de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Archivo da Intendência de Belém, 1897-1902, p. 51

## Uma análise sobre o abastecimento de carne verde em Belém durante a intendência de Antonio Lemos (1897 – 1911)

*Francimary Nascimento da Silva SANTOS*

63

Franciane Gama Lacerda (2015, p. 159), já chamam atenção para essa tênue relação entre campo e cidade, destacando a dependência entre este espaço, sobretudo, quanto ao abastecimento dos mercados belenenses. De forma esclarecedora, apontam que “para além dessas conexões entre cidade e floresta que eram tecidas no cotidiano, talvez a principal fosse mesmo a importância que espaços como o da floresta ou de núcleos e povoados agrícolas tinham para as atividades econômicas da capital paraense”.

Vale destacar que grande parte da historiografia defende que não houve necessariamente uma carestia no fornecimento de carne verde em Belém entre os anos finais do século XIX e a primeira década do século XX. Contudo, também vale destacar que, se não houve desabastecimento foi, sobretudo, graças aos animais que eram importados não apenas de outros estados brasileiros, mas também de outros países vizinhos como Argentina e Venezuela.

Para todos os efeitos, ratificamos então que, se não houve uma crise no abastecimento de carne verde nos mercados de Belém<sup>25</sup> nos primeiros anos do século XX não foi graças à produção local. Além de ser uma atividade que recebia pouca atenção do poder público e que por isso sofria com as péssimas condições das estradas e dos transportes, ainda precisavam conviver com enchentes, doenças e roubos de gado. Parece-nos óbvio que o bom momento da economia em virtude da exportação do látex serviu de certa forma, como curativo para esse problema, não permitindo, portanto, a crise nesse abastecimento.

Além dos motivos já apontado por Macedo (2014) para explicar a falta de víveres na capital a autora aponta as constantes enchentes que assolavam a ilha do Marajó, o roubo de gado, as doenças, as dificuldades no transporte das reses até a capital. Ademais, Fabrício Herbeth Teixeira da Silva (2011, p. 10) sugere ainda que a complexidade em torno do mercado de carne verde em Belém era caracterizada pela “formação de monopólios por marchantes e de alianças políticas, que se cruzavam e se sobrepunham ao universo do abastecimento”.

Contudo, como iremos analisar no tópico a seguir, os relatórios de Antônio Lemos parecem apontar para outra coisa, pelo menos, na primeira década do século XX. A análise da documentação produzida pela intendência de Belém não sugere que houve uma retenção do produto por parte dos marchantes, ou uma espécie de cartel caracterizando monopólio com o objetivo de inflacionar o preço da carne verde, uma vez que Lemos relata sobras de carne não vendidas nos mercados de Belém. Havia uma preocupação de Lemos, enquanto intendente, em equilibrar a oferta e a procura.

De modo conclusivo, observa-se pelas análises dos dados levantados nos vários relatórios da intendência de Belém que a importação de gado, fosse de estados vizinhos ou mesmo de outros países, foi uma prática constante ao longo da intendência de Antônio Lemos. Os dados não sugerem um simples

<sup>25</sup> Também acredito que isso não aconteceu, embora uma parte da historiografia afirme o contrário apontando como fator da crise a grande quantidade de trabalhadores que aportaram nas terras paraenses em para trabalhar nos seringais. O próprio Antônio Lemos chega a dizer, por exemplo, que “o crescimento inesperado da população, ainda n’esse ano de 1898, em virtude de grandes levas de compatriotas nossos (...), flagellados pela seca e que corriam em busca de refúgio e trabalho na Amazônia, não influíram, entretanto, para agravar o nosso mercado alimentício”.

complemento para garantir o abastecimento, mas sim uma importação evidentemente significativa com objetivo de evitar crises quanto ao oferecimento de carne verde ao Belenense. Para um estado que já possuía, naquele momento, um relevante centro criador de gado, como é o caso da região de Marajó, denota-se alguma deficiência com o manejo desses animais.

## INTENDÊNCIA E MARCHANTES: UMA SOLUÇÃO PARA FUTURAS CRISES

Com base nos relatórios de Antônio Lemos ao conselho Municipal de Belém, percebemos que as relações econômicas e políticas entre a intendência de Belém e os marchantes<sup>26</sup> se davam, sobretudo, pelo excesso de bois que eram abatidos pelas diversas marchantarias, diariamente. No entender de Antônio Lemos essa prática poderia custar caro em momentos de crise no abastecimento desse gênero para a capital. Analisando o discurso do então intendente, o mesmo mostrava-se preocupado com um futuro adverso, pois reuniu em 4 de julho de 1903 os marchantes da capital, para que também ficassem atentos, para uma “futura e provável falta do nosso principal gênero de alimentação”<sup>27</sup>. Para Lemos, embora essa prática de abater reses para além do que se poderia vender provocasse uma baixa no preço desse produto, beneficiando assim a população, poderia gerar sérios riscos ao abastecimento futuro:

“Determinou-me essa medida por está a circunstancia de está a carne verde sendo vendida por preço inferior ao commum, em virtude de desintelligências entre os trabalhadores. Pareceu-me de bom aviso intervir no caso, com o intuito de impedir essas improductivas escaramuças de passageiras competências, que, embora, proporcionassem fugazmente a baixa do preço da carne, poderiam acarretar sérias consequências à população da cidade, pois era notório – e as estatísticas do matadouro isso accusavam – que se estava abatendo número de reses muito maior do que o sufficiente para o abastecimento do mercado”<sup>28</sup>.

A passagem acima traz sérias reflexões quanto às ações do intendente Antônio Lemos diante do receio com futuras crises no abastecimento de um dos principais produtos da culinária paraense, a carne verde. A referida medida adotada por Antônio Lemos aumentava consideravelmente o preço desse produto nos mercados belenenses. Obviamente que a população mais carente sentiu mais profundamente os efeitos dessa decisão e, conseqüentemente, beneficiou enormemente os marchantes que viram seus lucros aumentarem sem lançar mão de todas as reses disponíveis para o abate.

Faz-se necessária uma análise sobre determinada afirmativa de Antônio Lemos em relatório de 1905 quando disse que nos últimos dias de maio de 1905 o preço do quilo da carne bovina baixou ao preço de 1\$000 réis - a qual chegou a ser vendida ao preço de 1\$500 – e depois das 10hs da manhã chegava ao

<sup>26</sup> Costa (2016, s/p) define marchantes como negociantes, ou seja, aqueles que dominavam o comercio de carne verde, “que se envolviam diretamente com os criadores de gado, os atravessadores, os intermediários e os donos de açougues”.

<sup>27</sup> LEMOS, Antônio José de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Archivo da Intendência de Belém, 1903, p. 58.

<sup>28</sup> Ibid, p. 58-59.

## Uma análise sobre o abastecimento de carne verde em Belém durante a intendência de Antonio Lemos (1897 – 1911)

Francimary Nascimento da Silva SANTOS

65

preço de 800 réis. O que chama atenção é o fato de que Antônio Lemos acreditava “que taes preços não se manteriam, por não se resultarem de motivos sustentáveis”<sup>29</sup>. Quais motivos seriam esses?

Bem, de acordo com o próprio Lemos essa “diferença tão brusca e tão extraordinária, não se baseava em motivos estáveis”. Para ele, a origem dessa brusca queda estava nas “divergências pessoais entre marchantes e que, embora pacíficas, poderiam acarretar graves prejuízos à população, n’um dado momento, pela escassez e consequente carestia de carne verde”. Considerando essa situação de instabilidade muito perigosa, Lemos resolveu intervir:

“Intervim, pois, particularmente perante algumas das principaes marchantarias e tive a satisfação de ver acatadas as ponderações que me permitti fazer sobre esse gravíssimo assumpto, de sorte que o nosso gênero principal de alimentação é hoje vendido por preço razoável: 1\$300 às primeiras horas, baixando depois das 10 horas da manha, ficando afastada a hypothese de uma crise alimenticia em praso breve”<sup>30</sup>.

Embora Lemos não relate sobre quais ponderações tomou para pôr fim à instabilidade devido às divergências entre os marchantes, quando o preço do quilo da carne verde chegou a ser vendido pelo preço de 1\$000 réis, passou a ser vendido por 1\$300 nas primeiras horas do dia. Houve aumento no preço da carne verde após as medidas de Lemos.

Contudo, sua preocupação não parecia está relacionado ao preço, mas à quantidade de reses que eram abatidas no mercado público. Quer dizer, uma leitura atenta da documentação sugere que se abatiam muito mais bois, diariamente, do que a população poderia consumir, provocando, portanto, uma queda brusca no preço. Trata-se da conhecida lei da oferta e da procura. Nesse sentido, nos leva a crer que a matança desenfreada de bois poderia, futuramente, acarretar a falta desse animal para ser abatido.

Essa intervenção de Lemos, no que se refere ao controle no fornecimento de carne verde, seria uma precaução para o caso de, eventualmente, ocorrer algo que diminuísse, significativamente, a oferta desse produto. Ou seja, outros fatores como secas nas regiões de criação de gado e o surgimento de epidemias de febre aftosa no gado importado, poderiam representar graves ameaças ao comércio de carne verde. Afinal de contas, seria então muito mais fácil controlar a quantidade de reses abatidas do que o período de estiagem, por exemplo.

Para Lemos, o momento em que o quilo da carne verde era vendido em Belém ao preço de 500 réis depois das 10 horas da manhã, não passava de “uma prosperidade mais fictícia que real, contra uma crise latente, propínqua, de um para outro momento capaz de estalar sobre nós, reduzindo-nos, senão a fome, pelo

<sup>29</sup> LEMOS, Antônio José de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Archivo da Intendência de Belém, 1905, p. 107.

<sup>30</sup> Ibid, p. 107



## Uma análise sobre o abastecimento de carne verde em Belém durante a intendência de Antonio Lemos (1897 – 1911)

Francimary Nascimento da Silva SANTOS

66

menos a penúria”<sup>31</sup>. Nesse sentido, Fabrício Herbert (2011, p. 61), entende que as causas da escassez “deve ser encarada na historiografia local como um instrumento de manipulação das autoridades”.

Em 1906, a Intendência de Belém, celebrou acordo com os marchantes da capital com o objetivo de regularizar a matança de bois no curro Público municipal. A finalidade, de acordo com Antônio Lemos, era evitar o desperdício uma vez que se abatia, diariamente, muito mais animais do que a população poderia consumir. Em suas palavras, pretendia-se com isso “evitar futuras crises, e de se tomarem medidas para que a população não escasseie mais tarde a carne verde”<sup>32</sup>.

Vale destacar que Fabrício Herbeth Teixeira, ao defender a monopolização da carne verde como base explicativa para justificar a dita escassez, afirma que havia uma aproximação de interesses entre autoridades políticas e demais sujeitos envolvidos no comércio de carne verde, sobretudo, fazendeiros que teriam certo controle sobre as decisões governamentais:

É preciso chamar atenção para a influência de fazendeiros e de negociantes sobre o governo para se importar carne, auferindo assim maiores lucros. Fazendeiros e comerciantes envolvidos com a produção e comércio de carne verde eram muito influentes no governo e mantiveram-se no poder ao longo dos séculos XIX-XX. Essas observações confirmam que a carne verde deixa de ser um gênero de produção local voltado para o consumo interno, saltando para ser um produto de exportação e de consumo limitado. (SILVA, 2011, p. 66).

De acordo com a assertiva acima, havia, portanto, uma aliança de interesses entre todos aqueles sujeitos envolvidos diretamente no abastecimento de carne verde em Belém, desde fazendeiros até marchantes, e as autoridades locais, que incentivavam a importação desse gênero buscando, dessa forma, auferir maiores lucros, a partir da especulação. Ou seja, não haveria necessariamente uma dependência na importação de gado, mas um mecanismo especulativo. Contudo, se faz necessária maiores pesquisas reflexões para ter essa assertiva como verdade absoluta, como nos parece propor o presente autor, visto que outros pesquisadores citados pelo próprio autor defendem a ideia de que havia, nos primeiros anos de 1910, uma insuficiência na produção marajoara para o abastecimento do capital<sup>33</sup>.

De qualquer modo, com base no acordo entre a intendência e os marchantes da capital foi aprovada a seguinte quantidade, representado no quadro abaixo, em quilos a serem vendidos durante a semana, conforme os dias de maiores consumos:

<sup>31</sup> Ibid, p. 108-109

<sup>32</sup> LEMOS, Antônio José de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Archivo da Intendência de Belém, 1906, p. 97

<sup>33</sup> A esse respeito ver: SILVA, 2011, p. 77.

**Quadro 5: Quantidade de quilos a serem vendidos durante a semana conforme acordo entre Intendência e Marchantes**

Marchantes <sup>34</sup>	DIAS DA SEMANA						
	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>	Sab.	Dom.
Nunes, Monard & Cardoso	3.780	4.060	4.060	4.060	3.780	4.060	4.340
Bezerras & C <sup>a</sup>	1.680	1.820	1.820	1.820	1.680	1.820	2.240
Machado Pereira & C <sup>a</sup>	1.540	1.680	1.680	1.680	1.540	1.680	1.820
J. Weinberger	1.260	1.400	1.400	1.400	1.260	1.400	1.540
Companhia Pastoril	1.120	1.260	1.260	1.260	1.120	1.260	1.540
Silva Santos & Filhos	1.120	1.260	1.260	1.260	1.120	1.260	1.540
Castello & C <sup>a</sup>	840	980	980	980	840	980	1.120
Bento Lobato de Miranda	700	840	840	840	700	840	1.120
Manoel Dacier Lobato	560	700	700	700	560	700	840
Bertino Lobato de Miranda	280	280	280	280	280	280	280
Lobato & C <sup>a</sup>	280	280	280	280	280	280	280
Pereira & C <sup>a</sup>	700	700	700	700	700	700	980
Lima & Craveiro	560	560	560	560	560	560	980

FONTE: Relatórios da Intendência de Belém dos anos de 1903 a 1908

Para melhor analisar o quadro 5, devemos levar em consideração o número de habitantes da capital no final da primeira década do século XX. De acordo com o Anuário Estatístico do Brasil de 1908-1912<sup>35</sup>, Belém possuía uma estimativa de 190 mil habitantes para o ano de 1910. Isso nos leva a entender que, para o intendente Antônio Lemos, um total de quatorze toneladas e meia de carne verde era suficiente para abastecer o mercado local às segundas-feiras e pouco mais de dezoito toneladas e meia para um dia de domingo, onde o consumo de carne eleva-se em relação aos demais dias da semana. Para Antônio Lemos – obviamente que não estamos tomando como verdade suas conclusões, mas simplesmente levantados hipóteses que ajudem a entender a questão aqui levantada – quantidades maiores desse produto para uma segunda-feira ou mesmo para um domingo significaria desperdício de alimento quando se poderia retê-lo para prevenção, como já salientado, de futuras crises.

É interessante observar que, dois anos depois de celebrado esse acordo, o então intendente, quanto ao abastecimento e venda de gêneros alimentícios de “toda natureza”, durante o ano de 1908, chega a afirmar que houve perfeita normalidade. Acrescentou em seu relatório que não se manifestou “a menor crise de qualquer artigo, mesmo dos não considerados de primeira necessidade”<sup>36</sup>. Infere-se então que o item carne verde encontrara-se nesse rol de produtos que não desapareceram dos mercados públicos da capital. Com acordo com o intendente, dois importantes fatores contribuíram para isso:

<sup>34</sup> Na referida pesquisa não foram analisados as redes de sociabilidades desses sujeitos: marchantes x intendência.

<sup>35</sup> BRASIL. *Anuário Estatístico do Brasil*. 1908-1912, Vol. I. Território e População.

<sup>36</sup> LEMOS, Antônio José de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Archivo da Intendência de Belém, 1908, p. 139

## Uma análise sobre o abastecimento de carne verde em Belém durante a intendência de Antonio Lemos (1897 – 1911)

Francimary Nascimento da Silva SANTOS

Concorreram innegavelmente para esse louvável resultado, em primeiro lugar a regularidade na produção de alguns e na importação de outros gêneros, e em segundo a constante vigilância exercida pela Intendência no intuito benéfico de evitar qualquer crise de escassez ou falta de gêneros<sup>37</sup>.

Para Lemos, a causa dos bons resultados quanto ao fornecimento de carne verde em 1908 passava pelo acordo celebrado entre a intendência e os marchantes, dois anos antes. Para Lemos, muito contribuiu “o fim da rivalidade entre comerciantes de carne verde”<sup>38</sup>. Muito embora, devemos sempre lembrar, há autores que defendem a tese de uma aliança entre autoridades públicas e todos os sujeitos diretamente envolvidos com a compra e vende de carne verde em Belém, criando assim um monopólio, e não necessariamente uma escassez.

Para todos os efeitos, chama bastante atenção à afirmativa de que a parcela menos favorecida da população belenense também estaria sendo beneficiada com o bom momento no fornecimento de carne. Contudo, apenas “a partir do meio-dia, quando a carne está ainda perfeita, mas já se acha próxima a hora fatal do fechamento dos açougues e talhos”<sup>39</sup>. Nesse momento, o preço do produto começaria a baixar, beneficiando essa população que, de certa forma, aguardaria que os mais abastados da capital adquirissem o produto – certamente os melhores cortes - para depois consumir o que havia sobrado. Curioso que Lemos, diante dessa reflexão, deixa evidente que isso seria um ponto positivo na política de abastecimento da cidade.

Esse controle no fornecimento de carne verde à população por parte da Intendência levou a uma redução considerável no número de gados abatidos. Enquanto em 1908 foram abatidas 36.974 reses, em 1907 foram abatidos 40.244 animais e 43.641 em 1906. Antônio Lemos justificou esse decréscimo na matança de gado em 1908, se comparados com os dois anos imediatamente anteriores, afirmando “que foram abatidas as reses strictamente necessárias ao consumo público, não se tendo mais verificado, como dantes, as sobreas de 20 a 30 bois diários”<sup>40</sup>. Na verdade, essa quantidade de animais abatidos em 1908, voltou à média dos animais que foram abatidos em 1903 e 1904, respectivamente, 38.121 e 35.305.

Portanto, essa matança excessiva, que se verificava nos anos de 1906 e 1907, causava enormes prejuízos aos marchantes. Como consequência desses prejuízos aos marchantes, a população de Belém acabava sofrendo, pois, os marchantes “cançados da luta em manter os preços baixos, forçavam a alta do gênero na proporção equivalente às importantes perdas sofridas”<sup>41</sup>. Antônio Lemos, então, usava desse argumento para justificar o convênio celebrado com os marchantes em 1906.

Contudo, deve-se levar em consideração que Antônio Lemos não teria considerado outras alternativas que viessem equilibrar a oferta de carne verde com sua procura diária sem, necessariamente,

<sup>37</sup> Ibid, p. 139

<sup>38</sup> Ibid, p. 139

<sup>39</sup> Ibid, p. 140

<sup>40</sup> Ibid, p. 140-141

<sup>41</sup> Ibid, p. 141

## Uma análise sobre o abastecimento de carne verde em Belém durante a intendência de Antonio Lemos (1897 – 1911)

Francimary Nascimento da Silva SANTOS

prejudicar a população e, de certa forma, beneficiar os marchantes. Se realmente a preocupação do intendente era com o estoque futuro de carne verde para abastecer a capital – como afirma na documentação – não há dúvidas de que tal medida veio, naquele momento, legitimar a alta no preço da carne verde, pois agora estava respaldado por uma decisão da principal autoridade local.

### CONCLUSÃO

Ao longo da segunda metade do século XIX os vários presidentes provinciais no Pará e, posteriormente, os primeiros governadores buscaram diversificar a produção agrícola e pastoril por meio de programas de colonização<sup>42</sup> que tinham como um dos principais objetivos a criação de espaços agrícolas que seriam ocupados por colonos estrangeiros. Dessa forma, a produção agrícola e pastoril estava voltada para o abastecimento dos mercados de Belém. Nesse sentido é que Santos (2016, p. 78) afirma que o estrangeiro era visto dentro desses programas, como detentor “de novos conhecimentos, traria também novas técnicas de produção desenvolvidas na Europa ou nos Estados Unidos, o que impulsionaria a agricultura local”. Obviamente que a pecuária também sentiria os efeitos desse almejado objetivo que buscava ampliar as áreas de produção agrícola.

De certa forma, esses programas de colonização caminhavam paralelos às políticas realizadas pela intendência de Belém com foco no abastecimento da capital. Dessa forma, a complexa política econômica realizada pela intendência de Belém, muitas vezes em conjunto com o governo do Estado, durante a primeira década do século XX, foi marcada pelo constante receio dos agentes públicos quanto a possíveis crises de abastecimento. A preocupação girava em torno da falta de animais, vindos do interior do estado, sobretudo, da região de Marajó, para serem abatidos em Belém.

A intendência da capital buscou controlar o número de animais que eram abatidos diariamente. Os relatórios de Antônio Lemos deixam claro essa assertiva. O objetivo do intendente era conter esse abate pensando em um possível momento de crise no abastecimento, provocado pelos mais diversos fatores aqui já elencados. Essa medida acarretou na elevação do preço uma vez que se limitou o número de animais abatidos.

Até 1903, quando não havia uma regular importação de gado dos países platinos, sobretudo, da Argentina, ocorreram períodos curtos de desabastecimento de carne verde. Embora tenha se regularizado uma constante importação de reses após 1903, evidenciou a partir daí algo que mostrava-se inevitável diante da ausência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da pecuária no estado, ou seja, evidenciou-se uma completa dependência do produto que vinha não somente de outros países, mas também de outras regiões do país, principalmente do Ceará. Qualquer situação adversa nesses locais de exportação

<sup>42</sup> A esse respeito ver: CRUZ, 1958; LACERDA, 2010; NUNES, 2008.

## Uma análise sobre o abastecimento de carne verde em Belém durante a intendência de Antonio Lemos (1897 – 1911)

Francimary Nascimento da Silva SANTOS

70

refletia duramente nos mercados da capital. Essas situações adversas poderiam ser as mais adversas possíveis, desde surtos de febre aftosa até períodos prolongados de estiagem.

De modo conclusivo podemos afirmar que um dos principais equívocos das autoridades paraenses – seja a figura de determinado governador ou mesmo o intendente Antônio Lemos – era atribuir aos produtores rurais as deficiências na indústria pastoril como causa do desequilíbrio entre a oferta e a procura de carne verde nos mercados de Belém. A falta de políticas econômicas eficazes por parte dos agentes públicos, no sentido de alavancar esse setor da economia paraense, deve ser logicamente considerado. Para todos os efeitos, buscou-se no presente artigo, questionar as falas dessas autoridades diante da complexa questão que envolve o abastecimento de carne verde em Belém. Dessa forma, evidenciou-se, diante dos dados levantados e analisados ao longo do artigo, que houve uma expressiva importação de gado não só de outros estados, mas também de outros países como alternativa para o abastecimento da capital.

### FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. *Anuário Estatístico do Brasil*. 1908-1912, Vol. I. Território e População.

PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho Governador do Estado em 5 de fevereiro de 1900 apresentando a proposta do orçamento da receita e despesa para o exercício de 1900-1901. Belém: Typ. Do Diário Oficial.

PARÁ, Relatório apresentado ao governador do Estado Exm. Sr. Augusto Montenegro pelo Dr. Paes de Carvalho ao deixar a administração em 1º de fevereiro de 1901. Belém: Imprensa Oficial, 1901.

LEMOS, Antônio José de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Archivo da Intendência de Belém, 1897-1902

LEMOS, Antônio José de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Archivo da Intendência de Belém, 1903

LEMOS, Antônio José de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Archivo da Intendência de Belém, 1905.

LEMOS, Antônio José de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Archivo da Intendência de Belém, 1906.

LEMOS, Antônio José de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Archivo da Intendência de Belém, 1908.

*Folha do Norte*, A indústria Pecuária na Amazônia, Belém, 27 abril de 1906.

*O Pará*, Breves, Belém, 1º de março de 1900.

*O Pará*, Carne Verde, Belém, 26 de março de 1900.

*O Pará*, 24 de julho de 1900.

República, Pelo interior: Alemquer, Belém, 3 de fevereiro de 1900.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARON, Jean-Paul. “A Cozinha: Um Cardápio do Século XIX”. In: História: Novos Objetos. Direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora; Tradução de Teresinha Marinho, Revisão Técnica de Gadiel Perruci. Rio de Janeiro, F. Alves, 1974.

BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c.1850- c. 1870*. Belém: Editora Açáí, 2014.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. *História da Alimentação no Brasil: pesquisas e notas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.

\_\_\_\_\_. *Antologia da Alimentação no Brasil*. Rio de Janeiro: LTC, 1977

CARNEIRO, Henrique. *Comida e Sociedade: uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 7ª - Reimpressão

\_\_\_\_\_. *Comida e Sociedade: Significados Sociais na História da Alimentação. História: Questões e Debates*, 42, pp. 71-80, 2005.

\_\_\_\_\_. *As fontes para os estudos históricos sobre a alimentação*. Museu da Casa Brasileira. Disponível em: [http://ernani.mcb.org.br/docs/ernani/pdf/As\\_Fontes\\_para\\_Estudos\\_Hist%C3%B3ricos\\_sobre\\_a\\_Alimenta%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://ernani.mcb.org.br/docs/ernani/pdf/As_Fontes_para_Estudos_Hist%C3%B3ricos_sobre_a_Alimenta%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 25/ 11/ 2018 às 13:00 h.

COIMBRA, Adriana Modesto. *A cidade concedida: urbanização e disputas políticas em Belém do Pará na virada do século XX*. In: Anais Eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História (ANPHU). Conhecimento Histórico e Diálogo Social. Natal – RN, 22 a 26 de julho 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371341559\\_ARQUIVO\\_Acidadeconcedida-ANPUH2Final.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371341559_ARQUIVO_Acidadeconcedida-ANPUH2Final.pdf). Acesso. 27 jan. de 2019 as 22:30.

COUTO, Cristiana Loureiro de Mendonça. *Alimentação no Brasil Imperial: elementos para um Estudo de Questões dietéticas, químico-médicas e da Fisiologia do Gosto*. Tese de doutorado em História da Ciência. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

COSTA, Edite Moraes da. *O comércio das carnes verdes e a transformação sócio-econômica de Santa Cruz com a construção do matadouro industrial*. Anais do XVII Encontro de História da ANPUH-Rio realizado entre os dias 08 e 11 de agosto de 2016, UFRRJ.

CRUZ, Ernesto. *Colonização do Pará*. Belém: Conselho Nacional de Pesquisa/ Instituto nacional de Pesquisa da Amazônia, 1958.

FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. Tradução Vieira Machado, Guilherme J.F. Teixeira. São Paulo: Estação da Liberdade, 1998.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1992

\_\_\_\_\_. *Açúcar: a sociologia do doce, como receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Global, 2017.

## Uma análise sobre o abastecimento de carne verde em Belém durante a intendência de Antonio Lemos (1897 – 1911)

Francimary Nascimento da Silva SANTOS

72

FONTES, Edilza. O Pão Nosso De Cada Dia: *trabalhadores e indústria da panificação e a legislação trabalhista (Belém 1940-1954)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

FUCKNER, Ismael. *Comidas do céu, comidas da terra: invenções e reinvenções culinárias entre as adventistas do Sétimo Dia (Marco-Belém-Pará)*. Belém: CFCH/UFPa, 2004, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social.

SANTOS, Carlos Roberto A. Alimentação e seu lugar na História: os tempos da memória gustativa. *História: Questões e Debates*, 42, pp. 11-31, 2005.

SANTOS, Francinaldo Sousa. *Ações colonizadoras em descompasso: legislação, propaganda e atuação de colonos estrangeiros e nacionais nos últimos anos do Império e início da República no Pará*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SILVA, Fabrício Herbeth Teixeira da. *Nas tramas da escassez: o comércio e a política de abastecimento de carnes verdes em Belém (1897-1909)*. Dissertação de mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. *Nas tramas da 'escassez': o comércio e a política de abastecimento de carnes verdes em Belém (1897-1909)*. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2014. Recurso digital:il. Acesso em: 26/01/2019 às 05:00 h.

LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Belém: Editora Açai, 2010.

LIMA, Eli Napoleão. *Extrativismo e produção de alimentos: Belém e o "núcleo subsidiário" de Marajó. 1859-1920*. Revista Estudos Sociedade e agricultura, 7 de dezembro de 1996. 59/89

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. *Do Que Se Come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém, 19850 – 1990*. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2004.

MENESES, Ulpiano T. B.; CARNEIRO, Henrique. A História da Alimentação: balizas historiográficas. *Anais do Museu Paulista*. Nova Série, v. 5, pp. 9-92, jan./dez.1997.

NUNES, Francivaldo Alves. *A semente da colonização: um estudo sobre a colônia agrícola de Benevides (Pará, 1870-1889)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, 2008.

REZENDE, Marcela Torres. *A alimentação como objeto histórico complexo: relações entre comidas e sociedades*. In: Estudos Históricas, Rio de Janeiro, n. 33, 2004. CPDOC/FGV.

VIEIRA, Elis Regina Correa; Lacerda, Franciane Gama. "Celeiro da Amazonia": agricultura e natureza no Pará na virada do século XIX para o XX. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 157-181, jan./jun. 2015.

Texto recebido em: 16/01/2020  
Texto aprovado em: 22/02/2020